

2ª  
Plenária  
Nacional  
Democracia Socialista

CONCLUSÕES  
POLÍTICAS



CONCLUSÕES POLÍTICAS  
DA 2ª PLENÁRIA NACIONAL  
DA DEMOCRACIA SOCIALISTA,  
TENDÊNCIA DO PT

SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 2015

NOSSA 2ª PLENÁRIA NACIONAL REALIZOU-SE  
NOS DIAS 11, 12 E 13 DE DEZEMBRO DE 2015  
NO AUDITÓRIO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES  
NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DE SÃO PAULO,  
NO BAIRRO DA LIBERDADE.

OS TEXTOS QUE SEGUEM REFLETEM  
AS CONCLUSÕES DA 2ª PLENÁRIA NACIONAL DA DS,  
DE UM DEBATE VOLTADO PARA A INTERVENÇÃO IMEDIATA  
MAS TAMBÉM PARA A REFLEXÃO NECESSÁRIA  
SOBRE OS CAMINHOS DA ESQUERDA BRASILEIRA  
E LATINO-AMERICANA.

**Conclusões políticas da 2ª Plenária Nacional da Democracia Socialista** é uma publicação da Democracia Socialista, tendência interna do Partido dos Trabalhadores, dirigida exclusivamente aos filiados e filiadas do Partido dos Trabalhadores.

**Edição:** Grupo de Trabalho Nacional da DS

**Escritório Nacional da DS**

SDS, Edifício Boulevard Center, sala 106 - Conic  
Brasília-DF – CEP 70.391-900  
Fone/fax: 61-3224.0647

contato@democraciasocialista.org.br  
www.democraciasocialista.org.br

São Paulo, dezembro de 2015

**7**

NOSSA TAREFA POLÍTICA CENTRAL:  
VENCER O GOLPE!

**9**

NOTAS SOBRE O MOMENTO ATUAL NA AMÉRICA LATINA

**11**

A LONGA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO

**17**

BRASIL, GOVERNO DILMA:  
IMPLEMENTAR O PROGRAMA DA GRANDE VITÓRIA PARA RECUPERAR O RUMO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA.

**25**

PT: CONCEPÇÃO SOCIALISTA E A ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA



# I

## NOSSA TAREFA POLÍTICA CENTRAL: VENCER O GOLPE!

*"(...) Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa."*  
Marx, Karl - O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

1. Estamos diante do maior desafio já enfrentado pela esquerda brasileira desde 1964. Trata-se de enfrentar e vencer o golpe que vem sendo construído pela direita desde o final das eleições de 2014 e que agora entra em sua fase final.

2. Com ares farsescos, liderado por um notório corrupto em conluio com o vice-presidente oportunista, assessorado pelo PSDB e mobilizando toda a malta fascista, o golpe veio ganhando corpo e tornou-se um risco real graças ao controle da mídia e da Câmara dos Deputados pela direita, mas também graças ao recuo programático do governo que o levou a altíssimos índices de desaprovação.

3. Frente ao risco iminente de um golpe, avançamos na construção da frente única pela democracia, pelo mandato popular da Presidenta Dilma e pelo programa eleito em 2014. A luta política de massas é a dimensão que devemos imprimir nesse processo, englobando: - as manifestações de rua e ações diretas de confrontação com a direita; - a conformação de uma frente parlamentar democrática antigolpe, em defesa do mandato Dilma e do programa eleito em 2014; - as ações de governo com o pa-

pel de enfrentar decididamente a direita no plano institucional e reconstruir laços com a esquerda, com os movimentos sociais e entidades democráticas, com sua base social. Isso deve fazer com que o Governo passe a integrar uma mesma plataforma de forças políticas e sociais, na qual outras esferas do Executivo (Governadores e Prefeitos), dirigidos por partidos e setores progressistas, têm também um enorme papel a desempenhar.

4. Esse processo implicará em outra dinâmica para o governo, que deverá abrir-se às reivindicações populares e recolocar na ordem do dia a mudança da política econômica. A luta contra o golpe e a reconstrução das condições políticas para implementar o programa eleito são partes integrantes do mesmo processo político.

5. A CUT joga o papel estratégico de unir as diversas frentes de luta e de imprimir à luta democrática um caráter de massas e um conteúdo classista. Ao mesmo tempo, uma nova relação entre partidos e setores de esquerda e democráticos deve ser dinamizada em todas as frentes da luta política de massas contra o golpe.

6. Dentro desse processo, um amplo campo de esquerda, no qual o PT está incluído, vem construindo tal-

vez a mais importante recomposição política e ideológica depois da dispersão, acomodação, conciliação e recuo programático que caracterizou boa parte da esquerda brasileira (PT incluído) desde os anos 90.

7. Um intenso processo de mobilização e unidade popular, sindical e das esquerdas vem sendo realizado. Ao mesmo tempo vem se superando a distância entre a militância social e a institucional. Uma crítica em tempo real às instituições reais e conservadoras que compõem o Estado brasileiro vem sendo apreendida e incorporada em um novo horizonte programático, ainda em construção. E, não menos importante, vem sendo resgatado o programa eleito em 2014. Assim, a luta contra o golpe é simultaneamente uma profunda e ampla reorganização da esquerda. E quanto mais esta reorganização avançar, melhores as nossas chances de derrotar a direita e reabrir um cenário de possibilidades de desenvolvimento à esquerda da luta de classes.

8. O PT nesse processo evoluiu à esquerda à medida em que questões concretas iam se colocando e forçando a tomada de posições, mas, de forma geral, a reboque dos acontecimentos. Assim, a crítica da conciliação neoliberal adotada com a nomeação de Levy só veio a ganhar corpo depois do 5º congresso, quando uma parte substantiva do partido (como as correntes de esquerda, a maioria da bancada, os dirigentes da CUT e a Fundação Perseu Abramo) já trabalhavam abertamente na construção de proposições alternativas. Outro exemplo é a atitude em relação à cassação do presidente da Câmara dos Deputados, que a direção só vem a assumir depois que a maioria da bancada declarou-se formalmente nessa linha. Deve-se registrar de outro lado a tomada de posição clara, e na linha do que defendemos, pelo presidente nacional do PT no sentido da expulsão do senador Delcídio. Digno de nota, também, foi o engajamento partidário, desde o início, à construção da Frente Brasil Popular.

9. A luta por posições de esquerda no PT e, ao mes-

mo tempo, sua integração no processo mais amplo de unidade e recomposição da esquerda são processos complementares e fundamentais para o enfrentamento do golpe e para o futuro da esquerda no Brasil.

10. A conformação de uma esquerda petista ativa que atua na direção nacional e nas direções estaduais do PT, nas suas bancadas, na CUT e nos movimentos sociais, na juventude partidária e no debate público, é um passo extraordinário que está sendo dado e deve ter prosseguimento. Seu papel é decisivo na construção de posições majoritárias de esquerda no PT na luta contra o golpe. E quanto mais acumular e for bem sucedida nesse objetivo construir-se-á como elemento central para uma nova direção partidária. O desenvolvimento dessa esquerda ativa em várias dimensões do partido vem se dando de forma harmônica, sem hegemonismos, e aberta ao diálogo mais amplo no PT e na esquerda.

11. Na formulação do PT da luta contra o golpe há uma idéia fundamental: o protagonismo da esquerda na luta contra o golpe recolocará a retomada das condições políticas para implementar o programa eleito em 2014. Naturalmente, concordamos com essa idéia, mas devemos formula-la de modo completo, como o fizemos no documento *A mudança necessária*: "A retomada por inteiro do programa eleito em outubro de 2014, majoritariamente aprovado pelo povo brasileiro, depois de duro enfrentamento com as forças que representam o atraso, o retrocesso e o obscurantismo, pode recuperar a força do nosso projeto, a popularidade do nosso governo e, portanto, reforçar a nossa Presidenta, para coibir os movimentos golpistas hoje em curso e reestabelecer um padrão de governabilidade frente à atual dinâmica conservadora do Congresso Nacional." (Último parágrafo do nosso texto *A Mudança Necessária*, março/2015 - disponível em [http://www.democraciasocialista.org.br/democraciasocialista/noticias/item?item\\_id=2312348](http://www.democraciasocialista.org.br/democraciasocialista/noticias/item?item_id=2312348))



## II

NOTAS SOBRE O MOMENTO ATUAL  
NA AMÉRICA LATINA

12. A derrota do candidato do kirchnerismo à presidência da República na Argentina – por estreita margem no segundo turno – interrompe doze anos de governos da força política que liderou a superação em uma perspectiva nacional e popular da traumática crise político-econômica neoliberal de 2001-2. Maurício Macri lidera o primeiro governo conservador eleito democraticamente em mais de um século, porque todos os outros desse signo político foram resultados de golpes de estado no século passado.

13. A derrota do chavismo nas eleições parlamentares de 6 de dezembro de 2015, abrindo espaço para que a oposição unificada controle 2/3 da Assembleia Nacional, coloca a revolução bolivariana em situação inédita desde 1999: um dos poderes do Estado estará, a partir de 5 de janeiro de 2016, sob direção contrarrevolucionária e em oposição frontal ao governo.

14. Essas duas derrotas eleitorais de peso ocorrem num momento em que em outros países com governos progressistas também atravessam problemas políticos e/ou econômicos graves, como é o caso do: - Brasil (onde um golpe de Estado "a la paraguaia" está em curso, com um governo politicamente enfraquecido pela sua estratégia de ajuste econômico e pelas denúncias de corrupção contra membros do PT); - Equador (que enfrenta grandes mobilizações da direita e também de movimentos sociais descontentes, enquanto a eco-

nomia fraqueja pela queda das receitas internacionais num país que permaneceu dolarizado; nesse contexto, o presidente Rafael Correa decidiu não concorrer à presidência em 2017); - Chile (com a presidenta Michelle Bachelet politicamente isolada, com popularidade em queda, ainda que mantendo a agenda de mudanças com a qual se elegeu, mas enfrentando resistência conservadora no próprio bloco de governo).

15. A Bolívia é o país na América do Sul que parece manter um bom desempenho econômico e uma conjuntura política estabilizada sob um governo de esquerda – ainda que tenha sofrido derrotas eleitorais municipais/regionais importantes em março 2015. O referendunm convocado pelo Congresso para 21 de fevereiro de 2016, sobre a admissibilidade a uma nova postulação à presidência de Evo Morales em 2020, promete se transformar em um plebiscito sobre seu governo. O MAS enfrentará todas as forças de oposição – desde as reacionárias até as social-democratas e de esquerda – unidas na rejeição da emenda à Constituição. As primeiras pesquisas dão uma disputa acirrada.

16. Se está claro que o ciclo progressista se encontra em uma nova conjuntura de derrotas eleitorais e impasses estratégicos, as razões que levaram a essa inflexão e as respostas necessárias, no entanto, não são minimamente consensuais.

17. É necessário que as instâncias de convergência com que conta a esquerda – como o Fórum de São Paulo – e os movimentos sociais – a Confederação Sindical dos Trabalhadores-as das Américas, CSA; a Via Campesina / CLOC; a Marcha Mundial de Mulheres / REMTE; a OCLAE; os Encontros Hemisféricos em Cuba, entre outros espaços – sirvam para um debate renovado e franco sobre esses desafios estratégicos.

18. Inicialmente propomos os seguintes pontos para reflexão:

■ Há contradição entre projeto progressista de sociedade de bem-estar ou viver bem e sua inserção na globalização capitalista.

■ Há necessidade dos nossos países de recorrer ao mercado mundial para obter meios de investimento no curto prazo e de tecnologia de ponta. Fazê-lo isoladamente por cada país fragiliza o projeto.

■ Desde 2008, ocorre uma contraofensiva do imperialismo americano em resposta à crise econômica do capitalismo desenvolvido. O governo dos EUA tenta reformatar o capitalismo à imagem e semelhança dos seus interesses: os acordos transpacífico e transatlântico (com a EU), o TISA (livre comércio de serviços), os TLCs com países ou regiões da América Latina.

■ Os dois pontos anteriores desafiam e dificultam a integração regional. Os atrasos na agenda regional – sensível nos últimos anos – faz com que as respostas enfrentem cada vez maiores dificuldades, se queremos manter uma soberania regional/nacional frente à ordem que tenta impor o imperialismo norte-americano.

■ Os governos progressistas têm marcado sua gestão econômica pela orientação de “distribuir (renda) para fazer crescer a economia” invertendo o slogan liberal de “fazer crescer o bolo para depois distribuir”. Foi uma conquista política e ideológica importante. Mas essa estratégia foi confundida com uma apologia do consumismo e o enunciado como horizonte estratégico da construção de uma “sociedade de classe mé-

dia” que já estaria em curso. Assim, foi despolitizada pela via do consumo a luta de classes pelo excedente econômico que esses governos encabeçaram, induzindo comportamentos reacionários em setores sociais que recém abandonaram a pobreza. Assim, beneficiários sociais do projeto progressista viram eleitores das forças que buscam liquidar esse programa.

■ A longa permanência nos governos favorece a complacência e conivência – e por vezes, aproveitamento – das piores práticas de governo, corruptas, clientelistas, de afastamento do povo, de rejeição dos setores autonomamente organizados, etc. Pior ainda, em alguns casos como parte da governabilidade assumiu a agenda política conservadora – patriarcal-machista, homofóbica, etc. Não haverá saída para os impasses atuais sem renovação ou refundação das esquerdas e progressismos. E isso não será possível apenas com processos internos aos partidos de governo, que já estão marcados pelos vícios assinalados, mas em diálogo e com novas construções a serem desenvolvidas com movimentos sociais e novos setores que vão se organizando.

■ O ciclo progressista conseguiu um acúmulo de vitórias econômicas e sociais importantes – como a superação da pobreza e a distribuição da renda, entre outros – assim como no terreno político – derrotando forças neoliberais no começo deste século. Mesmo onde sofreu derrotas eleitorais importantes – Argentina, Venezuela – mostrou um acúmulo importante e mobilizado – quase a metade do eleitorado e uma massiva manifestação em apoio à presidenta Cristina Fernandez no seu último dia de governo; 42% dos votos para candidatos do PSUV, derrota que sofreu foi menos pelo crescimento da oposição, mas pela desistência de votar de quase 2 milhões de eleitores chavistas de 2013 – o que lhe dá condições de militantes e base social suficiente para dar o combate. Mas esse combate deverá acontecer sobre bases renovadas. Esse é o desafio urgente do atual momento.

## III

## A LONGA CRISE DO CAPITALISMO MUNDIAL

19. A crise econômica iniciada em 2008 ainda não foi superada. Entre as principais economias do mundo a taxa de crescimento da China paulatinamente diminuiu, a dos EUA continua com baixa recuperação e a Europa ainda está em estagnação.

20. Mesmo que a crise atual tenha iniciado devido ao inchaço do sistema financeiro, resultado de três décadas de política neoliberal, passados sete anos da quebra dos bancos estado-unidenses pouca coisa mudou nessa área. A desregulamentação financeira continua, o excedente de capital pouco é investido na produção e continua indo massivamente para a especulação, o que está gerando novas bolhas. A mais recente ocorreu nas bolsas de valores chinesas.

21. Isso confirma que essa é uma longa crise estrutural do capitalismo e até agora sem perspectiva de se reorganizar para garantir um novo ciclo de crescimento. Ao contrário, em diversos dos países mais afetados pela crise as escolhas estiveram baseadas na implementação de políticas neoliberais ainda mais duras, com cortes de direitos e gastos sociais, perseguição aos sindicatos e organizações populares e garantia de ampliação de lucro para as grandes empresas.

22. Para entendermos a contradição de como, mesmo estando em crise, políticas neoliberais continuam sendo adotadas, temos que ter em vista os objetivos que levaram ao seu surgimento. Passadas três décadas de alto crescimento depois da segunda guerra mundial,

as economias centrais entraram em crise na década de 70. Os grandes excedentes de capitais que não tinham onde ser investidos passaram a ser direcionados para a especulação financeira e outras áreas, como commodities (inicialmente petróleo), reorganização do espaço urbano (especulação imobiliária) e tomando funções antes controladas pelo estado (privatizações) e diminuindo o poder desse sobre suas economias (livre-comércio, independência do Banco Central, etc.).

23. Ao mesmo tempo, foram realizados brutais ataques aos sindicatos, aos direitos trabalhistas, reorganização e precarização do mundo do trabalho, compensando a falta de ganhos salariais reais com a oferta de crédito para o consumo. Esse conjunto de medidas permitiu garantir um ciclo de crescimento econômico em taxas moderadas (inferiores aos do período do pós-segunda guerra ou em outros momentos do capitalismo), mas com grande expansão do lucro e renda capitalistas, pois a renda da classe trabalhadora no geral reduziu ou estagnou.

24. Ou seja, o neoliberalismo produziu um ciclo de crescimento moderado e uma intensa concentração de renda em escala global. As reações do capital a essa crise não se constituem em uma resposta ao conjunto da economia, mas servem para aumentar ainda mais o seu poder sobre o resto da sociedade. Em 2016, o 1% mais rico da população mundial terá mais riqueza que os demais 99%.

25. Conjuntamente, a crise atual abriu oportunidade para uma ofensiva imperialista, sendo a face mais visível os novos conflitos armados que surgiram. Aproveitando das mobilizações que surgiram da Primavera Árabe, EUA e União Europeia fomentaram e financiaram guerras civis na Líbia e na Síria (sendo que essa última se estendeu até o Iraque graças à ação do Estado Islâmico) que até hoje devastam esses países. Mais recentemente, surgiram guerras no Iêmen e também na Ucrânia.

26. São diversas as táticas que vêm sendo implementadas nesse momento. Do apoio à revoltas (financeiro, técnico e se utilizando do monopólio midiático global) para tentar derrubar governos indesejados (caso da Venezuela), até novos tratados de livre-comércio e de investimento que buscam retomar o impulso da globalização neoliberal e ampliam a desregulamentação em diversas novas áreas como serviços, saúde, proteção ambiental, segurança alimentar entre outras. Nesse rol incluem o TTIP (negociação entre EUA e Europa sobre comércio e investimento), o TISA (negociação sobre o setor de serviços também entre Europa e EUA, atraindo países satélites) e o TTP (Tratado Transpacífico, acordo comercial liderado pelos EUA e Japão na região do Pacífico).

27. Diversas revoltas e manifestações surgiram pelo mundo contra os efeitos da crise. Desde as convocadas por sindicatos, organizações estudantis e outros movimentos sociais, até aquelas que surgiram espontaneamente em larga escala após algum incidente ou como resposta à violenta repressão policial a uma manifestação anterior. Porém, mesmo assim, poucas forças políticas e alternativas hegemônicas se consolidaram.

28. Na Europa, os principais crescimentos da esquerda se deram com o Syriza na Grécia e o Podemos na Espanha enfrentando os planos de austeridade com propostas de renegociação da dívida que permitam retomar o crescimento econômico sem comprometer os direitos sociais e a renda das classes populares. Nesse momento, as eleições em Portugal mostraram ampla

rejeição à austeridade, derrota da direita e crescimento da esquerda, com um destaque especial para o Bloco de Esquerda.

29. Em janeiro desse ano o Syriza chegou ao poder. Mesmo com a realização de plebiscito nacional rejeitando os pacotes de austeridade - um movimento democrático radical de contestação às draconianas exigências da Troika neoliberal (União Europeia, Banco Central Europeu e FMI) - o Syriza encontrou-se em uma situação de isolamento nacional incapaz, portanto, de fazer frente à intransigência continental da Troika neoliberal. Além disso, não dispunha, de fato, de uma alternativa econômica e, no limite, não podia romper com o euro. Por isso teve pouco sucesso em cumprir seu programa.

30. Atualmente na Inglaterra, após a reeleição do primeiro-ministro conservador David Cameron, o Partido Trabalhista entrou em processo para escolha de sua nova liderança e o primeiro colocado nas sondagens é Jeremy Colbin, um antigo deputado que não se converteu à "Terceira Via" neoliberal dos anos de Tony Blair e tem recebido grande apoio, em especial da juventude e sindicatos.

31. Nos EUA, após o fim do movimento Occupy, são três os fenômenos mais recentes de luta popular e avanço das pautas de esquerda. Uma ofensiva do sindicalismo pela organização de novos setores antes desprotegidos (em especial trabalhadores e trabalhadoras da área de fast-food e de cuidados), as revoltas em repúdio à violência policial contra a população negra e a candidatura do senador "socialista democrático" Bernie Sanders nas primárias do partido Democrata que, apesar de ter pouca chance de vitória, tem conseguido mobilizar mais gente em seus comícios do que qualquer outro candidato ou candidata de ambos os partidos.

32. A América Latina tem passado por maiores dificuldades econômicas após os governos de orientação geral anti-neoliberal terem conseguido um bom desem-

penho nos primeiros anos da crise mundial. Com exceção do Paraguai, onde ocorreu um golpe contra o presidente Lugo em 2012, os governos de esquerda têm continuado no poder. Foram reeleitos os governos da Venezuela, Equador, El Salvador, Bolívia, Brasil e Uruguai. No Chile, Michelle Bachelet voltou ao poder com uma plataforma mais avançada que seu governo anterior.

33. Ainda assim, cada vez mais aparecem dificuldades para avançar os projetos de esquerda no continente, assim como a integração regional. Três dos principais governos (Venezuela, Argentina e Brasil) têm enfrentado crises econômicas e políticas.

34. O mais preocupante tem sido o crescimento das forças de extrema-direita em diversas partes do mundo. Desde os partidos nazistas e fascistas na Europa, passando pela radicalização da direita e do governo israelense, até a própria consolidação do Estado Islâmico, são algumas das diversas facetas desse fenômeno.

35. Atravessamos uma conjuntura singular na América Latina. Em vários países com governos de forças progressistas, uma combinação de crises políticas e econômicas parece por em questão as conquistas do ciclo pós neoliberal iniciado com o século atual.

36. No entanto, para se ter uma real dimensão do presente, precisamos dar uma olhada para o passado recente. Faz 10 anos, em novembro de 2005, na Cúpula das Américas em Mar del Plata, Argentina, por iniciativa dos primeiros governos progressistas da região, era derrotado o projeto de hegemonia estadunidense da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Se recuamos mais uma década, veríamos que em meados dos anos 1990 o projeto da ALCA era a principal iniciativa lançada pelo governo dos EUA para consolidar sua dominação econômica regional em um contexto no qual esse país tinha vencido a Guerra Fria e tentava impor um mundo unipolar. Vinte anos atrás estávamos no auge da globalização neoliberal com os Estados recuando nas economias, o desemprego crescendo, os mercados

de trabalho sendo precarizados, os salários reais reduzidos e a pobreza avançando.

37. Com o ciclo aberto com a eleição de candidatos progressistas, começando com Hugo Chávez em 1998 e reforçado com Lula em 2002, houve uma recuperação do papel do Estado na economia, foram implementadas políticas sociais que resultaram na redução da pobreza, em números absolutos e em percentuais da população. Em vários países, houve melhoras nos temas trabalhistas que significaram aumentos dos salários reais (salário mínimo incluído), voltou a crescer o mercado formal de trabalho, se fortaleceu a negociação coletiva e a atividade sindical, em alguns casos se chegou a níveis perto do pleno emprego, houve recuperação da economia camponesa com apoio de políticas públicas. As diferenças são óbvias e marcantes em relação à época neoliberal.

38. Ao olharmos esses 20 anos de história, veremos três etapas bem diferentes: auge neoliberal e defensiva popular em meados dos anos 1990, ascensão do ciclo progressista e derrota do imperialismo norte-americano em sua principal estratégia continental em meados da década de 2000, e agora, em 2015, um momento no qual o progressismo está sob fogo cerrado em vários países.

39. Venezuela, Brasil e Equador, cada um com especificidades próprias, enfrentam uma combinação de problemas econômicos com grande mobilização das direitas locais que sentem ter chegado o momento de derrubar esses governos progressistas articulando poderes "fácticos" e forçando os limites da institucionalidade (no qual o golpe de Estado parlamentar no Paraguai, em 2012, foi precursor). A Argentina foi à eleição presidencial com uma solução eleitoral de compromisso entre o progressismo K e a centro-direita peronista de Scioli, mas com a "caneta" do poder pela primeira vez desde 2003 em mãos do componente conservador da aliança. Enfrenta também o crescimento da direita neoliberal.

40. A direita latino-americana caracteriza esse cená-

rio como de “fim do ciclo progressista” e afirma que estão dadas as condições para o retorno dos tempos conservadores como nos anos 80 e 90 do século passado. Porém, onde conseguiu avançar derrotando o progressismo nas urnas, como com Sebastián Piñera no Chile em 2010, ou por um golpe de Estado, como com Federico Franco em 2012 seguido da eleição de Horácio Cartes no Paraguai, tem fracassado em seus resultados políticos. O chileno entregou o governo quatro anos depois a uma proposta liderada por Michele Bachelet encabeçando a coalizão Nova Maioria, mais progressista que a aliança com que foi eleita para seu primeiro governo pela Concertação; e os dois governantes neoliberais paraguaios cujos mandatos foram obtidos com o golpe parlamentar, estão entre os políticos mais rejeitados pela opinião pública desse país. A “oferta” conservadora e neoiberal não parece entusiasmar as pessoas quando chega ao governo.

41. Contudo, há um sentimento cada vez mais estendido entre setores progressistas e de esquerda de que o impulso e a orientação com que foi projetado o ciclo progressista e os programas e estratégias com que foram obtidas aquelas conquistas econômicas, políticas e sociais em nossos países não são suficientes para continuar, avançar e aprofundar o ciclo e que, na ausência dessa atualização e renovação, podem ocorrer retrocessos.

42. Temos avançado num contexto de convívio com muitas das dimensões chave da globalização neoliberal. Ela tem como uma de suas características aproveitar os mais baixos níveis salariais e de benefícios trabalhistas do mundo (p.ex., dos asiáticos) para pressionar as conquistas da classe operária naqueles países com estado de bem-estar e assim rebaixar direitos e salários. Porém, nossos governos têm realizado a façanha em sentido inverso, impulsionado melhores salários e conquistas sociais, ao tempo que mantiveram nossos países inseridos na globalização neoliberal. É uma contradição que deve ser enfrentada.

43. O progressismo não poderá avançar sem uma estratégia de integração regional que lhe dê condições de mercados ampliados, de constituir “cadeia de valor regional”, obter financiamento para a produção e acesso a tecnologias para fazer frente ao mercado mundial. Na ausência dessa via, com um processo de integração devagar quase parando, hoje buscamos o financiamento chinês, o que traz um alívio momentâneo. Mas adiciona novos problemas a médio e longo prazo (já que tende a nos subordinar exclusivamente aos interesses desse país, que estão muito focados em obter produtos primários do extrativismo mineiro ou petroleiro ou do agronegócio).

44. Mas há ainda um terceiro aspecto a considerar. Um dos resultados do governos progressistas tem sido o fortalecimento de uma certa burguesia “nacional” tanto em setores produtivos como nos serviços. Mas, qual é a relação dessas frações da burguesia com o projeto progressista? Esse não é um tema novo na América Latina. O abandono de veleidades nacionais pelas burguesias latino-americanas foi um dos obstáculos em que se detiveram os projetos desenvolvimentistas em meados do século passado. Estará politicamente disposta a integrar uma aliança que impulsione um projeto de contestação da ordem mundial imposta pelos Estados Unidos ou integra as conspirações para “encerrar” o ciclo progressista? Esse problema é parte de uma questão ainda maior: quais setores sociais compõem o sujeito histórico que impulsionará a continuidade do nosso projeto?

45. O debate sobre a crise do neoliberalismo retoma aquele sobre os ciclos longos de crescimento do capitalismo. A longa hegemonia neoliberal, vigente desde os anos 1980, parece ter chegado ao seu limite crítico e aberto um período novo, sem determinismos. O triunfalismo neoliberal afundou, mas as forças capitalistas que o produziram recuperaram terreno nos países centrais. E esse parece um elemento mui-

to forte de incentivo e ação de burguesias dependentes, como a brasileira.

46. Não há sinais, por um lado, da construção de uma alternativa capitalista de superação da crise: continuam os movimentos geopolíticos de redistribuição dos poderes econômicos e políticos que têm como epicentro a ascensão da China; não se vislumbra a retomada de um período mais dinâmico de crescimento de conjunto da economia capitalista; não se elaborou no campo neoliberal uma resposta política coerente e de conjunto às suas contradições. Talvez possa se falar em um cenário instável e polarizado pela direita da crise do neoliberalismo, que advém de um princípio de recuperação da economia norte-americana, de importantes vitórias políticas do neoliberalismo na Europa a partir da liderança do Estado alemão e das instituições neoliberais que regulam a unidade europeia, bem como de um novo campo de pressões sobre as transformações na América Latina, único continente que apresenta uma clara dinâmica de processos históricos de construção pós-neoliberal. Trata-se, sobretudo, de compreender melhor os desafios, potencialidades e impasses da construção de um período pós-neoliberal.

47. O primeiro grande desafio é o internacional: como fenômeno vinculado à globalização financeira, a superação plena do neoliberalismo exige uma dinâmica internacional alternativa. Ora, a continuidade de poder político, econômico, militar e geopolítico dos EUA, apesar da crise de sua capacidade de direção, o poder econômico dos grandes capitais financeiros e o controle de órgãos como o FMI, a OMC, o Banco Mundial ou estratégicos como o Banco Central Europeu conferem ao neoliberalismo uma grande capacidade de prolongamento de sua dominação, a custos e conflitos sociais crescentes, seja socializando perdas via dívidas públicas, impondo em seguida fortes cortes em gastos sociais ou estabelecendo

novos pactos de regulação financeira. Neste contexto, em graus variados, todos os Estados nacionais vêm sendo pressionados a incorporar limites e constrangimentos às suas políticas econômicas. Passa a ser fundamental o grau de soberania nacional, a construção de espaços regionais e de relações internacionais que resistam à lógica do neoliberalismo em crise.

48. Um segundo desafio é o democrático, que ficou muito nítido nos casos europeus, de luta contra os pacotes de austeridade. Há um nítido esvaziamento dos mínimos procedimentos republicanos baseados na soberania popular, com uma fuga das decisões-chave para organismos não eletivos e a impotência dos cidadãos. Entre partidos institucionalizados apegados às regras do jogo e movimentos sociais disruptivos mas sem uma clara expressão política, cria-se um vácuo que favorece a captura do Estado pelas forças políticas neoliberais. A alternativa está exatamente em lutar por novas formas de democracia direta e participativa e em lutar para construir partidos com forte capilaridade nos movimentos sociais capazes de expressar o ponto de vista da soberania popular e alternativas, ainda que embrionárias, ao neoliberalismo, conjugando um novo quadro institucional das formas de representação e democracia participativa.

49. Um terceiro grande desafio é o de contrapor-se à profunda erosão dos valores e tradições socialistas e do mundo do trabalho, que na dinâmica da crise funciona como ausência de um horizonte de alternativas culturais e políticas sólidas para enfrentar o neoliberalismo. Os anos recentes serão lembrados por um novo ciclo de desmoralização e aprofundamento da perda de identidade das tradições social-democráticas europeias, que desde os anos 1990 já se inscreveram nas ambiguidades da chamada Terceira Via. Serão lembrados também pela impotência das tradições anticapitalistas, em particular as de viés sectário, em romper a barreira do isolamento e da margem em meio à crise.

50. A globalização neoliberal, no entanto, retrocedeu, abrindo novos espaços de ação nacional e internacional. Ao mesmo tempo, no plano da teoria crítica, novos debates vêm se colocando com relativa força: a questão do desenvolvimento e do Estado, da democracia, das classes sociais e da própria crítica ao capitalismo. É importante lembrar que essas discussões estavam quase soterradas no tempo do

pensamento único. Quiçá, possamos em breve ter o socialismo como tema atual. É para isso que lutamos. Esta conjuntura internacional que apresenta limites estruturais às ações de caráter socialista para uma curta temporalidade deve ser incorporada ao exame das potencialidades e desafios que se colocam para o PT, como um partido histórico do socialismo democrático.



# IV

## BRASIL, GOVERNO DILMA

### IMPLEMENTAR O PROGRAMA DA GRANDE VITÓRIA PARA RECUPERAR O RUMO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

51. A dimensão central que organiza a conjuntura (ou a desorganiza, do ponto de vista da esquerda) é a brutal e abrupta queda de apoio ao governo Dilma, o que arrasta consigo o poder de convocação do PT e desorganiza as bases populares da liderança histórica de Lula.

52. Um governo de esquerda impopular é, por sua própria definição, inviável como governo de esquerda. Pois é exatamente das suas bases populares que ele funda a sua legitimidade, a sua capacidade de governar e de transformar o país. Em um ambiente em que a esquerda é minoritária no Congresso Nacional e não tem ali uma base estável de governabilidade, a sua desestabilização passa a ser uma ameaça permanente. Mais ainda, em uma conjuntura de forte judicialização da política, a pressão conservadora sobre as decisões do Judiciário pode gerar uma crise institucional aberta, com fortes riscos para a democracia.

53. Por que houve esta queda abrupta e brutal da popularidade do governo, que era majoritariamente favorável ao final de outubro de 2014?

54. A queda abrupta e brutal de popularidade do governo Dilma vem, em primeiro lugar, da adoção de uma política econômica conservadora que agride os interesses dos setores sociais que foram os principais responsáveis por sua reeleição. Este grande erro – certamente o maior já cometido em toda a história do

PT – combina-se com a ausência de uma resposta coerente à acusação diária e onipresente de que o governo Dilma é conivente com a corrupção e de que o PT é o maior organizador dos esquemas de corrupção no país.

55. O erro de direção estratégica é a tentativa de re-pactuação com os setores financeiros. Esta estratégia de “esfriamento” da luta de classes é completamente incapaz de fazer frente à estratégia da direita de frontal desestabilização do governo, exatamente porque corrói as suas bases populares de sustentação popular, democrática e republicana.

56. A força do segundo governo Dilma só pode recuperar se retomar o programa eleito em 2014, do qual o governo se afastou.

57. É fundamental vincular a resistência democrática frentista ao golpe à luta por um caminho democrático e republicano de combate à corrupção, denunciando o sentido instrumental, seletivo, limitado e violador de princípios constitucionais e do devido processo legal movido pela Operação Lava Jato. Quem mais tomou iniciativas e apoiou o combate à corrupção no Brasil foram exatamente os governos Lula e Dilma. É um marco central a proibição do financiamento empresarial dos partidos e campanhas eleitorais, que alimenta e renova os circuitos da corrupção.

58. Todo o paradoxo da conjuntura poderia ser assim resumido: um governo de esquerda impopular que

não consegue por em prática o programa para o qual foi eleito e um profundo déficit democrático das forças interessadas em promover um golpe na democracia brasileira.

59. Considerar como eixo central de intervenção o resgate da coerência programática do governo e tendo como foco imediato uma nova política econômica. Para enfrentar a direita e suas manobras golpistas é preciso retomar a força de massas do nosso projeto. As consequências políticas do ajuste fiscal são corrosivas e a principal causa da queda de popularidade do nosso governo. O processo recessivo estimulado pela equipe econômica vai corroer cada vez mais os direitos, empregos e salários se não for globalmente revertido desde já. Eventuais saídas pactuadas com o centro não impedirão a continuidade do problema central: a nossa perda de apoio popular. A força política do Governo junto à sociedade é o elemento estratégico que dará ou não base para a governabilidade. Portanto, apenas a retomada de apoio popular poderá neutralizar a perda de apoio no congresso e recolocar bases mínimas de governabilidade.

60. Os elementos estratégicos - crise internacional do neoliberalismo, validade do programa antineoliberal construído desde 2005, relação orgânica necessária entre a 4ª vitória presidencial e o governo - que nos levaram à vitória (e que são cobrados pela nossa vitória) continuam presentes na conjuntura.

61. Visto desde o seu final, o primeiro governo Dilma deve ser entendido como o período da acumulação de um impasse central: a partir da não democratização dos fundamentos de poder (político, econômico, comunicativo), um impasse na macro-economia (a dificuldade de sustentar um ciclo desenvolvimentista com a direção neoliberal do BC).

62. Desde 2010, a partir do balanço dos dois governos Lula, está colocada a necessidade de um novo ciclo programático do PT e do governo na direção de uma revolução democrática. Democratização do poder, avanço do planejamento democrático na economia, Estado

da Solidariedade (universalização das políticas públicas) e unidade política latino-americana.

63. O desenvolvimento deste programa está bloqueado no PT e no governo. Acumularam-se contradições: manifestações de junho de 2013, tensões cada vez maiores no presidencialismo de coalizão, impasses cada vez mais evidentes na retomada do crescimento.

64. Mas, diante do impasse histórico, o novo governo Dilma – sob a pressão conservadora e da elaboração que vinha do Instituto Lula – fez uma opção estratégica à direita. Iniciou-se, então, a conjuntura que agora vivemos de impasse estratégico.

65. Este impasse estratégico tem duas dimensões históricas: a disputa com a direita neoliberal e a atualização programática do PT e do governo. Vencer a primeira exige a segunda. Uma visão não impressionista da conjuntura poderia ser resumida assim: uma vontade estratégica muito bem organizada (da direita neoliberal) com precária legitimidade democrática para seu programa versus uma outra vontade estratégica desorganizada mas com um enorme potencial democrático a ser cumprido.

66. Este impasse é histórico e não apenas conjuntural: pode demorar anos para ser resolvido à esquerda ou à direita. A probabilidade de queda de Eduardo Cunha e a liminar do STF parecem ter estancado a tática imediata de um impeachment, mas há muitas dificuldades acumuladas do nosso lado (a difícil reorientação à esquerda da política econômica; a dificuldade de estabilização da base parlamentar; uma lenta recuperação possível da popularidade e um enfrentamento eleitoral difícil em 2016). Sem contar os efeitos imprevisíveis da Operação Lava Jato.

67. Mesmo que o triunfalismo neoliberal tenha afundado com a crise, as forças capitalistas que o produziram recuperaram terreno nos países centrais. Esse é um elemento de forte incentivo e ação de burguesias dependentes, como a brasileira. Os rentistas, os banqueiros e os meios empresariais de comunicação de massa convergem na disputa de rumos da macroeconomia. Os

mercados financeiros disputam, hoje, uma direção para a política econômica que seja alternativa àquela que foi eleita pela maioria do povo brasileiro: uma economia política antagônica ao programa vitorioso em 2014. Após a derrota eleitoral, os mercados tentam recuperar supremacia sobre as questões mais fundamentais, como a moeda, os juros, o câmbio, a política salarial, a externa e a fiscal. A direção da Economia e do Planejamento públicos é o centro da disputa de rumos. O primeiro grande desafio, portanto, é implementar a economia política vitoriosa.

68. O problema da governabilidade ou dos seus diferentes tempos (entre a construção de uma nova governabilidade e a manutenção da velha) não pode ser secundarizado. Permanece presente o perigo da pressão (interna e externa) para governarmos com o programa dos perdedores. Temos fragilidades importantes oriundas dessas eleições. A correlação de forças no Congresso Nacional está marcada pelo aumento das bancadas conservadoras (fundamentalistas religiosos, ruralistas e militares) e redução da bancada sindical à metade; o resultado global nas disputas estaduais reduz expectativas de que a eleição daria melhor condição para os avanços da revolução democrática. Nesse âmbito, o grande desafio será reduzir riscos provenientes da governabilidade tradicional.

69. Cada vez mais a democracia choca-se com o neoliberalismo. Assim, irão se chocar perspectivas diferentes para a democracia brasileira. O questionamento ao modo de governar o Brasil foi assunto central das manifestações de junho de 2013 e também da eleição de 2014. A proposta mais clara de responder ao anseio democrático de participação nas decisões políticas foi dada pelo PT com a defesa de uma Constituinte para uma ampla reforma política. Sua compreensão, no entanto, está distante do que parece ser o nível médio de consciência política.

70. A recente reforma ministerial ainda precisa passar pelo teste de conseguir maioria na Câmara dos De-

putados para manter os vetos presidenciais, afastar Eduardo Cunha da presidência da casa e, mais importante, barrar as propostas de impeachment.

71. Na reforma ministerial foi introduzida uma nova e gigantesca tarefa para a nossa tendência, ainda mais com a configuração de aliança com setores fundamentais da CUT. Um simbolismo forte, que se apresenta como uma barreira contra investidas neoliberais no âmbito do trabalho, do emprego e da previdência. Este simbolismo foi ainda mais realçado na abertura do 12º Congresso Nacional da CUT, que contou com a presença da presidenta Dilma e dos ex-presidentes Lula e Pepe Mujica (Uruguai). O discurso do presidente reeleito, Wagner Freitas, sintetizando de maneira muito coincidente com nossas proposições uma plataforma de luta e reivindicações na presença do ministro Miguel Rossetto (ali representando o governo), bem como o ex-presidente Lula insistindo em várias oportunidades que cabia ao ministro levar as posições da CUT para o debate no centro do governo, para a presidenta Dilma, reforçaram e colocaram num plano mais alto a luta pela alteração na política econômica do governo.

72. Mais força ganhou esta posição por conta da definição nas resoluções, nos discursos e na manifestação unívoca do plenário em defesa da presidenta Dilma, do governo e contra o golpe.

73. A maior parte dos movimentos sociais brasileiros e das lideranças progressistas do campo democrático manteve o que poderíamos chamar de uma resistência crítica. Isto é, a grande capacidade de lutar contra a agenda conservadora e de defender o governo mesmo no quadro de um apoio crítico a ele.

74. Estas vanguardas foram seguidamente testadas no posicionamento e negociação em relação aos direitos dos trabalhadores – como nas questões do seguro desemprego, do fator previdenciário –, seja nas campanhas unitárias contra a proposta de terceirização, contra a redução da maioridade penal, contra a constitucionalização do financiamento empresarial das campa-

nhas eleitorais. Em todos estes casos, houve inclusive uma importante combinação entre campanha de rua e luta parlamentar, travada em um ambiente difícil de manobras anti-regimentais e até anti-constitucionais do presidente da Câmara de Deputados.

75. O fundamental do acúmulo histórico das lutas populares, classistas e democráticas não rompeu com o governo e está disposto a travar a luta simultânea em sua defesa e em sua mudança.

76. A construção de uma dinâmica frentista da esquerda e dos movimentos sociais para fazer frente ao golpe e exigir uma mudança imediata da política econômica do governo Dilma tornou-se fundamental nesta conjuntura. Ela permite por em movimento um novo sujeito político, abre todo um espaço protagonista de luta para o PT e em particular para os setores mais combativos, permite disputar a agenda da saída da crise, inicia um processo estratégico alternativo a uma governabilidade apoiada apenas em acordos com a centro-direita e altera a correlação de forças em favor de uma possível retomada do programa legitimado pelas urnas em 2014.

77. A Frente Brasil Popular, da qual participamos, é o principal vetor para aglutinar as forças do campo popular, incluindo aí o PT, com a defesa simultânea da democracia e do governo Dilma com a reivindicação de uma nova política econômica.

78. A CUT manteve-se firme contra o ajuste e no seu congresso afirmou estas posições, além de chamar à unidade do campo popular, para a constituição de uma frente única em torno de uma pauta comum. Como a CUT participa da direção da Frente Brasil Popular e da Frente Povo sem Medo (que agrega MTST e setores da militância social do PSOL), pode ter este papel de unificação das frentes.

79. Em outubro de 2015 teve início uma onda de manifestações que já recebeu o nome de "primavera feminista". As mulheres saíram às ruas no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Recife, Belo Horizonte e várias outras ci-

dades para exigir Fora Cunha. Essa irrupção das mulheres nas ruas a partir da convocatória de coletivos, grupos e movimentos feministas foi a explosão de um processo de resistência. Isso vem ocorrendo desde o início do ano frente ao conservadorismo que se instalou no país e tenta provocar vários retrocessos em direitos já conquistados e impedir que mudanças mais profundas aconteçam. O desafio agora é ampliar esse processo de mobilização, garantir o Fora Cunha e criar as condições para reverter a onda conservadora em curso no Brasil. Ela ocorre de forma articulada atacando o conjunto de processos na política, na economia, na cultura e na sociedade.

80. A crise do governo Dilma, sua instabilidade e sua dificuldade de orientar-se programaticamente, precipitou o tempo político, adiantando a disputa de alternativas políticas. Se lutamos com todas as nossas forças para manter o mandato democrático da presidenta Dilma, se lutamos em todas as frentes para a recuperação de seu norte programático, se estamos na vanguarda da luta contra a direita golpista, devemos reconhecer que está já aberto o campo das disputas de futuro. Esta batalha pelo programa se insere, assim, na luta para construir as bases de um protagonismo hegemônico e programático da esquerda nas eleições presidenciais de 2018, que tem já em 2016, nas eleições municipais, um importante momento de formação e atualização da correlação de forças.

## A MUDANÇA NECESSÁRIA

81. Em maio de 2015, a DS apresentou documento *A mudança necessária* (disponível aqui <http://goo.gl/5H4NZJ>), defendendo que o PT se posicionasse de forma clara e inequívoca por uma política econômica pós-neoliberal. O documento apresenta razões e propostas alternativas ao consenso conservador formado após as eleições e que influenciou diretamente na definição da política econômica inicial do segundo governo Dilma. Em setem-

bro deste mesmo ano, a Fundação Perseu Abramo, em conjunto com diversas organizações de intelectuais do país, lançou o documento *Por um Brasil Justo e Democrático*, propondo uma agenda para mudar e sair da crise resultante da atual política econômica. Há forte simbiose entre os dois documentos.

82. Substituímos um ciclo virtuoso de crescimento, melhoria do investimento em infraestrutura e educação e melhoria dos indicadores sociais por um ciclo vicioso em que a recessão agrava as dificuldades fiscais que exigem diminuição ainda maior do gasto público em um ciclo negativo que só termina quando consegue reduzir o salário real e aumentar o desemprego. Então, restabelecida uma taxa de exploração mais elevada, retoma-se um crescimento modesto. Trata-se da receita neoliberal típica que, se não for reorientada, no médio prazo vai retirar do Brasil a condição de crescimento sustentado e melhoria social.

83. A abrangência das políticas demonstra claramente que não se trata de um ajuste fiscal episódico. O que está sendo feito é uma mudança de política econômica. Um ajuste do tipo do que está sendo feito não só não é necessário como é danoso. O fundamento que necessita estímulo da política econômica é justamente o crescimento econômico, que é o maior prejudicado pela política neoliberal e recessiva adotada.

84. É um equívoco econômico e político. Os primeiros resultados econômicos (primário pior do que o do ano passado, queda na indústria e na economia, aumento do desemprego, salário real em queda, aumento da inflação) e políticos (popularidade no chão, risco de impedimento, fuga de atores da base) mostram com indistigável clareza que este caminho não dará certo. É preciso mudar urgentemente.

85. Devemos ter o Estado atuando a favor do crescimento e não o contrário. Era isto que a política econômica desde 2005 buscava fazer. Mas ela tinha um entrave importante: o Banco Central fazia uma política monetária contracionista, principalmente a par-

tir de 2013, através de uma taxa SELIC demasiadamente alta e de restrições regulatórias (medidas macroprudenciais, Basileia III, compulsório, etc.) que inibem o crédito.

86. Enquanto a política econômica como um todo e a política fiscal em particular tentavam o crescimento, a política monetária freava a economia. A conjuntura internacional era igualmente desfavorável à economia. Com duas forças tão relevantes como a política monetária e o setor externo na contramão, o crescimento da economia enfraqueceu.

87. A agenda proposta pelo documento *Por um Brasil justo e democrático* incorpora as principais questões do programa eleito em outubro de 2014, majoritariamente aprovado pelo povo brasileiro, depois de duro enfrentamento com as forças que representam o atraso, o retrocesso e o obscurantismo. Pode recuperar a força do nosso projeto, a popularidade do nosso governo e, portanto, reforçar a nossa Presidenta, para coibir os movimentos golpistas hoje em curso e restabelecer um padrão de governabilidade frente à atual dinâmica conservadora:

- Preservar o emprego e a renda dos trabalhadores. Crucial para estancar o retrocesso social e para a consolidação de um mercado interno de consumo de massas capaz de sustentar o crescimento econômico e, por consequência, revigorar a arrecadação governamental, baseada, em grande parte, nas contribuições sobre a folha de salários;

- Desarmar a armadilha recessiva. Não há ajuste fiscal possível em um cenário de recessão e decréscimo das receitas públicas. A condução atual da política fiscal e monetária impede a retomada do crescimento econômico, deprimindo o mercado interno e enfraquecendo as perspectivas de investimento. É necessário reduzir os gastos com juros da dívida pública, ampliar a oferta de crédito para investimento e reativar o investimento público;

- Recompôr a capacidade de financiamento do Estado pela revisão dos incentivos fiscais, o combate à so-

negação e, principalmente, pela realização de reforma tributária que enfrente a injustiça do sistema de impostos, altamente regressivo e ineficiente;

- Destruar os investimentos públicos e privados. Estimular o avanço rápido em infraestrutura social, urbana e logística. Respeitar os preceitos de sustentabilidade ambiental e social, priorizando projetos de investimento que gerem mais empregos e receita para os setores mais afetados pela crise;

- Preservar os gastos sociais. O gasto social brasileiro se constitui em importante vetor da demanda agregada. Por seus efeitos multiplicadores, o sistema de proteção social se constitui em instrumento para, simultaneamente, impulsionar o crescimento e reduzir as desigualdades de renda.

88. Os programas sociais que constam do programa eleito precisam iniciar imediatamente. Um crescimento qualitativo dos investimentos nestas áreas tem efeitos imediatos sobre a legitimidade política do governo, além de ser saudável do ponto de vista econômico, ao propiciar a elevação de empregos com melhor qualidade, a dinamização do mercado interno através da renda indireta dos trabalhadores.

89. Trata-se de sinalizar em favor do crescimento e não o contrário. A população voltará a apoiar o governo quando enxergar nele sinais claros, símbolos evidentes, que está ao lado da classe trabalhadora e do povo pobre, em defesa das suas conquistas e com propostas de futuro que signifiquem mais mudanças a favor das maiorias.

## O COMBATE À CORRUPÇÃO SISTÊMICA

90. Se conseguimos desenvolver publicamente a crítica e o sentido de uma reorientação econômica, não conseguimos neste ano o mesmo sucesso em construir e atualizar o programa contra a corrupção. Foram decerto decisivas as nossas lutas pelo fim do financiamento empresarial das eleições. Mas há mui-

ta dificuldade, bloqueios e desorientações em relação a este tema fundamental. Nesse sentido propomos o seguinte aprofundamento do combate à corrupção:

91. A crise da democracia brasileira vivida neste ano de 2015 em torno aos desdobramentos da Operação Lava-Jato e Zelotes envolve três temas fundamentais: a presença ainda forte e central da corrupção no Estado brasileiro, mesmo após os grandes e inéditos avanços no combate à corrupção protagonizados durante os governos Lula e Dilma; o aprofundamento de uma dinâmica de instrumentalização de setores do poder Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal que ameaça os próprios fundamentos constitucionais da democracia brasileira; uma nova rodada de legitimação do anti-petismo mais virulento, vinculando-o cada vez mais à prática da corrupção.

92. O primeiro tema é fundamental e exige uma resposta de conjunta da tradição da esquerda socialista democrática brasileira. Na sua ausência, a bandeira do combate à corrupção é, sinistra e cinicamente, adotada pelos neoliberais e pela direita mais corruptos, no sentido anti-republicano mais profundo de privatização do patrimônio, serviços e programas públicos. A luta hegemônica da esquerda socialista na democracia brasileira estará condicionada cada vez mais a uma resposta de conjunto a este tema. O que tem se proposto, a partir deste diagnóstico, é que a esquerda lidere, junto com as entidades democráticas e os movimentos sociais, um pacto republicano para por fim à corrupção sistêmica no Brasil.

93. Tal pacto deveria ser concebido em um sentido supra-partidário e conferindo protagonismo a lideranças e entidades que têm toda uma história de luta contra a corrupção. Ele envolveria uma elaboração legitimada publicamente e envolveria planos e metas de ataque à corrupção em vários planos integrados: consolidação e regulação do fim do financiamento empresarial de partidos e eleições, aumentando o rigor da fiscalização, regulando o teto e as condições das contri-

buições não empresariais, criando o instituto da penalização do caixa 2; nacionalizando para estados e municípios as práticas e procedimentos conquistados no plano federal de combate à corrupção; aprovando e aprimorando as leis enviadas pela presidenta Dilma ao Congresso Nacional, fechando o cerco da impunidade; construindo uma nova regulação de conjunto para a prática de lobby e enfrentando de modo decisivo os circuitos financeiros e de sonegação de impostos que alimentam a economia ilegal e fraudulenta das grandes corporações e empresas, nacionais e internacionais.

94. A segunda linha de resposta, já em seus fundamentos construída de modo muito representativo nas tradições democráticas do direito brasileiro e da ciência política, é a crítica ao encaminhamento politizado, viesado, instrumentalizado, violador de vários princípios constitucionais e do devido processo legal, da Operação Lava-Jato. É fundamental fazer esta disputa democrática porque este processo de judicialização visa a ferir e retirar poder soberano da própria democracia. A legitimação da crítica pública à Operação Lava-Jato deve ser seguida de uma série de iniciativas e procedimentos – em relação às arbitrariedades do juiz Moro, de setores do Ministério Público e da própria Polícia Federal – que garantam um método democrático e republicano de combate à corrupção, ao contrário da postura em geral omissa e acrítica do Ministério da Justiça. Não se trata, de modo algum, que o Ministério da Justiça interfira no rumo das investigações mas que zele com rigor pelos procedimentos que respeitem a isonomia de tratamento, o devido processo legal, a presunção da inocência, a investigação e afastamento dos responsáveis pelos vazamentos seletivos etc. Trata-se de exigir mais rigor e menos arbítrio, investigação plena e não seletiva, procedimentalização segundo princípios constitucionais e de acordo com o devido processo legal, publicidade democrática e não instrumentalização midiática de informações e vazamentos.

## LUTAS ESTRATÉGICAS DO PERÍODO ATUAL

95. Devemos armar o conjunto da militância para um conjunto de lutas de médio prazo e que precisam ser enfrentadas numa perspectiva estratégica. Nem todas são consensuais ou assumidas plenamente pelo partido. Precisamos ter coesão e capacidade de convencimento para levá-las a cabo.

96. A luta por democracia participativa vai além da democratização, transparência e eficácia da gestão pública. Ela deve desenvolver uma estratégia de democratização do Estado (regime, bicameralismo, autonomies, etc.) e também as questões concretas de gestão (OP, conselhos municipais e estaduais). Mas, a luta por uma democracia participativa pressupõe, também, as lutas e propostas para as instituições e empresas (públicas e privadas), o que envolve necessariamente, os sindicatos e a organização por local de trabalho, bem como outros movimentos sociais.

97. A luta pela reforma política que não conseguimos realizar: voto em lista partidária com igualdade de gênero, fim de coligações proporcionais, acabar com a fraude do piso e teto na representação dos Estados para a Câmara Federal e abrir o debate sobre o sistema unicameral da República.

98. A luta pela democratização dos meios de comunicação. A situação atual é contraditória com a Constituição e o Partido deve incidir para que o governo faça valer o texto maior e, ao mesmo tempo, buscaremos criar uma rede nacional, redes regionais e municipais, principalmente, na radiodifusão. A utilização das novas formas tecnológicas, garantindo via poder público a pluralidade e a informação à cidadania.

99. O combate sem tréguas contra os elementos que sustentam a desigualdade social: a brutal concentração da propriedade de terra rural e urbana, o sistema tributário regressivo e indireto predominantes. Os impostos indiretos sobre o consumo e serviços são ma-

juritários e gravam os cidadãos independentemente de renda. Os impostos diretos são regressivos no Brasil, incidem mais sobre quem ganha menos e outros tributos são ridículos em sua participação no bolo tributário, como o ITR. Em um país com 8 milhões de km<sup>2</sup> não alcança 1% da arrecadação nacional! O mesmo ocorre com o IR cuja composição é maior sobre os salários do que sobre os lucros e rendas. A alíquota máxima fixada em 27,5% favorece os grandes salários; os descontos de gastos com planos privados, prejudicam o SUS; e, as isenções do IR são escandalosas. Não alteramos em nada os privilégios, vantagens, isenções que os ricos alcançaram com o governo FHC.

100. A luta pelo financiamento do Estado e pelo enfrentamento à política de juros e de superávit primário como postulados inquestionáveis da economia. O impostômetro que os neoliberais propagandeiam em SP é uma impostura. No Brasil, as desonerações, imunidades, isenções, benefícios fiscais e principalmente a sonegação tornam qualquer projeção de receita tributária uma ficção. Aí estão os escândalos do CARF para comprovar a afirmação. O acúmulo das dívidas fiscais no país, nos estados e municípios para confirmar o paraíso fiscal para os capitalistas brasileiros. A Taxa SELIC, o superávit primário impositivo, a independência do Banco Central não são receitas técnicas neutras da teoria econômica, mas políticas praticadas para favorecer e enriquecer banqueiros e rentistas financeiros do país e do exterior. A denúncia sem tréguas dessa exploração e a apresentação de alternativas são tarefas permanentes nossas e do PT frente ao governo. Precisamos fortalecer e ampliar os bancos públicos e sua capacidade de financiamento e crédito para toda a sociedade, estimular as cooperativas de crédito, os bancos públicos regionais e defender o fim dos bancos privados oligopolizados, exemplos de agiotagem e usura.

101. A defesa da Petrobrás e das empresas públicas e de uma política industrial, que não pode ficar refém do "mercado", da burguesia brasileira, que não cor-

re riscos, quer todos os privilégios e benefícios e, mesmo assim, é programática e ideologicamente submissa ao capital internacional. O Estado, historicamente, é pródigo em apoio à burguesia. E, em grande medida, seu "criador". Não basta sermos uma nação de 200 milhões, possuímos os maiores bancos de fomento do mundo (BB, BNDES) e os enormes incentivos fiscais que transformaram os Estados reféns de uma "guerra fiscal" permanente. Querem mais: privatizações, concessões de serviços públicos delegados, fundos perdidos e corrupção. Foi no governo FHC que a Petrobrás teve suas licitações e contratos "agilizados" e liberados para as negociatas de seus diretores com as empreiteiras. Na ausência do setor privado, o Estado deve investir diretamente e, inclusive, retomar o que entregou no setor de serviços básicos e infraestrutura, energia em suas várias formas, comunicações onde a privatização criou um monopólio de péssimos serviços e caríssimo, transferindo renda da população para grandes empresas. Isso vale para os transportes de massa e para outros serviços públicos como água e o saneamento. Da mesma forma, devemos lutar para manter conquistas históricas, ainda incompletas e com imperfeições, que vem dos direitos sociais da Constituição de 88, e fundamentais para os brasileiros: o sistema público de saúde e uma previdência pública, baseada em uma concepção de seguridade social e de solidariedade geracional que se assenta nas contribuições dos segurados e dos recursos orçamentários necessários.

102. Por último, mas não por fim, devemos fortalecer e estimular uma política de integração continental com os povos irmãos da América, apostar e construir suas instâncias e organismos como o Mercosul, a Unasul e os intercâmbios políticos e culturais da nossa gente. Apostar na multipolaridade internacional e nas relações que temos com o grupo dos BRICS e no crescente protagonismo que desenvolvemos nos organismos internacionais na luta pela paz e autodeterminação dos povos.



## IV

## PT: CONCEPÇÃO SOCIALISTA E A ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

103. O 5º Congresso Nacional do PT, quando a maioria barrou qualquer avanço ou possibilidade do partido se posicionar melhor na conjuntura, colocou o PT numa situação de paralisia, de divisão da bancada, de intervenções tímidas e aparentemente descoordenadas, como a entrevista do presidente nacional partido na Folha de S.Paulo, falando que o ministro Levy deve sair se não concordar com as mudanças que devem ser feitas na política econômica. Declaração que recebeu a resposta da presidenta defendendo Levy e a política econômica.

104. Dando continuidade ao movimento que construímos no 5º Congresso, buscamos unificar posicionamentos com várias correntes minoritárias e com setores da maioria bem como com parcela significativa, senão majoritária, da bancada federal. Esse processo deve culminar na construção de uma nova direção partidária.

105. Nosso partido precisa vencer uma espécie de teste dramático da sua capacidade histórica de derrotar a direita e abrir o caminho para mudanças à esquerda. Precisa resgatar, em todas as suas dimensões, o programa eleito em 2014. Esses dois ângulos de abordagem têm relação direta com a possibilidade de voltarmos a ter participação militante em grande escala,

de massas, na construção do nosso partido. Para isso acontecer, é preciso que o partido de massas seja visto e seja de fato uma ferramenta indispensável para obter conquistas.

106. Para Gramsci, exatamente no caderno 13 ("Breves notas sobre a política de Maquiavel"), um partido ultrapassa a condição de organização quando se insere na história de uma classe, da classe que ele pretende representar e dirigir. Nesse sentido, podemos dizer que, sem dúvida, o PT está inscrito na história da classe trabalhadora brasileira. Está inscrito na história do Brasil. Não é possível sequer contar a história da classe trabalhadora, desde a década de 1970, sem colocar nela o PT. É o papel de mudança exercido pelo PT.

107. Mas Gramsci afirmava ainda outra dimensão. Dizia ele que o partido é válido – o partido com esta natureza socialista – quando disputa a hegemonia. É válido quando tem valores para disputar, quando tem programa e quando tem militância em sentido bastante amplo. Ele mantém sua validade quando tem capacidade de enfrentar a ordem estabelecida e disputa a mudança (na verdade: a revolução) da ordem. Isso é um partido socialista.

108. Na América Latina, talvez o PT seja a experiência mais institucionalizada de partido de esquerda no

momento atual. Isso não significa que nós tenhamos um modelo a copiar, mas temos muito o que mudar no nosso próprio «modelo».

109. O teste histórico ao qual está submetido o PT contém três questões. Trata-se de questões decisivas para definir, para dar validade, para atualizar e dizer que nós somos um partido dentro da história e que luta pela hegemonia.

110. Em primeiro lugar, o PT deve dizer o que quer da economia brasileira. Se nós queremos nos ajustar ao neoliberalismo ou se nós queremos superar o neoliberalismo. Sem rodeios, essa é a primeira questão.

111. A segunda questão está relacionada à dimensão democrática e à questão das alianças. Devemos responder se vamos nos ajustar ao modelo tradicional de governar dos partidos burgueses, com todas as suas vicissitudes, ou se impulsionaremos outras formas. Trata-se de uma dimensão na qual o PT tem um acúmulo histórico incomparável, tem projeto político e muita vontade de desenvolver outra governabilidade. Mas está muito aquém em termos de experiência real de governar o Brasil.

112. A terceira questão é o combate à corrupção. Por um lado, a corrupção é uma das armas que a direita brasileira (não só ela, aliás) usou e volta a usar agora para impedir e derrubar governos não alinhados aos seus interesses. Historicamente, é algo que ocorre desde Getúlio. No entanto, sabemos que há, na história do movimento socialista, não só do PT, desvios de corrupção em partidos e organizações socialistas. Não podemos permitir que o PT concilie com esse tipo de desvio.

A corrupção é hoje a única e forte bandeira que a direita golpista tem para nos atacar. Ela não defende a democracia e nem é contra o neoliberalismo. É uma direita elitista, golpista, neoliberal, corrupta, mas que usa um suposto combate à corrupção para nos atacar. Mesmo que a direita não utilizasse esse artifício, não é possível fazer transformação e, ao mesmo tempo, ser um partido que convive com o Estado naquilo que ele tem de mais tradicional que são as diversas formas de corrupção. É esse um teste histórico fundamental que necessitamos superar. O protagonismo do partido na luta contra a corrupção deve ser acompanhado pela resolução em mudar o seu paradigma de financiamento, as suas relações de alianças com setores envolvidos em corrupção, e, mais importante, por uma reorganização dos padrões éticos de seus compromissos de militância e de vida pública. Nestes anos de governo do Brasil, o pragmatismo, necessário em um certo grau mas exercido sem medida, minou de uma forma acentuada os valores socialistas e democráticos da cultura partidária. Sem uma verdadeira refundação dos padrões éticos e públicos do PT, o partido estará sempre exposto e vulnerável à sanha do anti-petismo conservador e neoliberal.

113. Estas três questões devem ser respondidas sem tergiversação, sem ficar a meio caminho entre a superação e a conciliação. O grande risco que sofremos é o esvaziamento do nosso partido, a perda do seu sentido histórico. Isto posto, não haverá fórmula organizativa mágica que resolva o problema de natureza política-ideológica da participação.



# Democracia Socialista

TENDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

[www.democraciasocialista.org.br](http://www.democraciasocialista.org.br)